

Nos bastidores da pesquisa: Dificuldades no procedimento metodológico em situações-limite

Liana Fortunato Costa

Universidade de Brasília (UnB)

Maria Aparecida Penso

Universidade Católica de Brasília (UCB)

Tânia Mara Campos de Almeida

Universidade Católica de Brasília (UCB)

RESUMO

O presente artigo se volta para o levantamento e a análise de uma série de dificuldades existentes em projetos de pesquisa-intervenção que ocorrem em contextos de sofrimento extremo, tomando como exemplo o trabalho realizado com Grupos Multifamiliares, com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no Distrito Federal do Brasil. Assim, visa trazer à tona questões sérias e conflituosas, de ordem da relação entre as instituições envolvidas, da prática cotidiana, da integração entre distintos saberes acadêmicos e também de ordem subjetiva, determinantes do tipo de resultado e ação encontrados em pesquisas desta natureza.

Palavras-chave: Pesquisa-ação; abuso sexual; sofrimento; subjetividade; grupos multifamiliares.

ABSTRACT

Behind the scenes of research: difficulties in methodological proceedings within extreme situations

The present article focuses the assessment and analysis of a series of difficulties within action research projects which occur in the context of extreme suffering, taking as an example the work carried out with multifamily groups which include children and adolescents victims of sexual abuse in Capital of Brazil. Thus, it aims at surfacing serious and conflicting issues concerning the relationship among the institutions involved, daily practice, integration among different academic knowledge fields and also subjective aspects which determine the kind of action and result found in that type of research.

Key words: Action research; sexual abuse; suffering; subjectivity; multifamily groups.

INTRODUÇÃO

Esse texto pretende discutir as dificuldades inerentes aos projetos de pesquisa que enfocam situações de sofrimento limite. Ou seja, pretende dar visibilidade e trazer à reflexão os acontecimentos e as articulações necessárias, nem sempre expostos nas análises, para que se efetivem os resultados e as conclusões dessas pesquisas.

Para tanto, tomamos como exemplo os elementos que se encontram submersos na infra-estrutura da pesquisa que ora desenvolvemos acerca da violência sexual contra crianças, e adolescentes (Costa, Penso e Almeida, 2002; Costa, Penso, Almeida e Ribeiro, 2005). Serão aqui enfocados aspectos conflituosos que dizem respeito à pesquisa em contexto de abuso sexual, aos sujeitos vitimizados frente à Justiça e a nós, pesquisadoras e nossas subjetividades. Também abor-

daremos a aproximação a esse tipo de campo de trabalho e os contatos pessoais e institucionais para sua concretização, bem como as interfaces e os entraves disciplinares sempre presentes em pesquisas dessa natureza.

Buscamos aqui refletir, junto com Minayo (2002), sobre a escolha metodológica de uma pesquisa que envolve um contexto, interdisciplinar, complexo e reflexivo. Esse processo de construção metodológica agrega em si a objetivação e a subjetivação, além de uma forte capacidade criativa do pesquisador, que “corresponde a sua experiência reflexiva, a sua capacidade pessoal de análise e de síntese teórica, a sua memória intelectual, a seu nível de comprometimento com o objeto e a sua capacidade de exposição lógica” (p. 20).

Nossa experiência em pesquisa-ação, no referido contexto, nos tem apontado as dificuldades e os caminhos para solucioná-las, a partir de iniciativas nem

sempre muito ortodoxas. Nossa pesquisa se constitui numa pesquisa-ação, que visa estabelecer uma metodologia para o atendimento a famílias, com história de abuso sexual e que foram encaminhadas pela justiça, na modalidade de Grupos Multifamiliares.

Essa pesquisa se desenvolve na Universidade Católica de Brasília (UCB) e na Universidade de Brasília (UnB), através de suas graduações e pós em Psicologia. A pesquisa ainda faz parte de um convênio entre a UCB e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) desde 2002. Ressaltamos que alguns resultados dessa pesquisa já têm sido discutidos e divulgados em eventos técnico-científicos (Costa et al., 2003) e em publicações (Costa, Penso, Gramkow, Santana e Ferro, 2003; Costa et al., 2004; Penso, Legnani, Costa e Antunes, 2005; Costa, Santana, Gramkow e Ferro, 2005; Penso, Costa e Almeida, 2005).

Seu objetivo geral dirige-se a complementar o conhecimento nessa área de metodologia de Grupo Multifamiliar, envolvendo o contexto clínico, a partir de intimação judicial. No que tange aos objetivos específicos, pretendemos descrever a adaptação feita da experiência com Grupo Multifamiliar, com famílias de baixa renda para o contexto clínico; compreender melhor a dimensão de sofrimento presente nessas famílias; aprofundar a compreensão acerca da proteção/desproteção dessas crianças e adolescentes; e também conhecer o modo como implementar a auto-reflexão e a auto-responsabilização do abusador nesses casos, bem como a co-participação de outros membros da família, em especial da mãe, na proteção mais efetiva dos seus filhos. Pretendemos, ainda, apontar os limites e as possibilidades de se trabalhar em Grupo Multifamiliar direcionado a essa problemática de violência intrafamiliar.

No decurso desses anos, temos aprendido bastante a respeito de como criar as condições necessárias para dar conta do longo e complexo percurso metodológico que precisa ser feito para se atingir os objetivos mencionados. Tal percurso, apesar de sua dimensão científica e, portanto, mais objetiva do conhecimento e dos procedimentos de coleta e análise de dados, está diretamente vinculado ao lado subjetivo dos pesquisadores.

É recente, na Psicologia, a preocupação com a subjetividade dos pesquisadores. González Rey (2005) aponta as mudanças epistemológicas e metodológicas nas pesquisas, quando há a decisão de se dar vez e voz às emoções e subjetividade dos pesquisadores, e assim adentrarmos significados e sentidos que, antes, não seriam considerados.

Reconhecemos que há, nos pesquisadores, uma mobilização interna ao acompanharem grande sofrimento, sensibilizando-os e angustiando-os nos atendi-

mentos. Muitas vezes, trata-se de alunos de iniciação científica sem maturidade emocional e experiência de vida suficiente para auxiliá-los a compreender e a atuar de modo mais seguro em contexto limite. Soma-se a isto o caráter multidisciplinar dos casos de abuso sexual, que os impele a transitar entre instituições e paradigmas científicos diversos, a exemplo do paradigma regulatório (Gonçalves e Brandão, 2005), no qual se encontra o Direito predominante na nossa Justiça, e o paradigma compreensivo (Vasconcellos, 2002), onde se situam a Psicologia e a Antropologia do modo que as realizamos.

Em suma, encarnar o papel de pesquisador aponta os limites da nossa própria *dor* em vários aspectos. Estamos na coordenação de uma pesquisa que busca compreender e aliviar a *dor* alheia e, através da ação, oferecer aos pesquisados a oportunidade para ressignificarem sua dor. Por outro lado, essa atividade provoca mobilização em nós mesmas ao nos depararmos com nossas limitações e dificuldades, tanto epistemológicas quanto humanas, as quais nos levam a superarmos nossos horizontes constantemente.

O CONTEXTO DA PESQUISA EM VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

O relato das experiências de profissionais, quer sejam de ação ou de pesquisa nesse contexto, aponta para a necessidade de se trabalhar de forma muito próxima à justiça e à polícia. Na verdade, tal contexto nos obriga a manter contatos permanentes com juízes, policiais, delegados/as, procuradores e defensores públicos em searas distintas das que freqüentemente desempenham funções técnicas de suas profissões ou funções próprias de pesquisa, o que acaba por gerar situações desgastantes, delicadas e controversas.

Nogueira e Sá (2004), ao narrarem atendimentos com crianças vítimas de abuso, evidenciaram as dificuldades de se fazerem ouvir pelo Ministério Público ou pela Justiça, durante o curso dos processos terapêuticos. Elas se deram conta de aspectos importantes relativos à proteção das crianças, não compreendidos por essas duas esferas do poder judiciário. Aspectos, estes, que diziam respeito às crianças estarem correndo perigo.

O acompanhamento terapêutico proporciona ao terapeuta o contato com outras significações, que muitas vezes são paradoxais em relação a significações parciais apreendidas pela Justiça nos depoimentos investigatórios e rotineiros. A significação mais completa envolve um tempo diverso daquele dos processos judiciais, na medida em que se dá no vagaroso processo de elaboração psíquica e emocional de vivências tão sofridas e traumáticas. Assim, às vezes, somente

num longo processo terapêutico iniciado, após a denúncia pública de um abuso, e com o maior distanciamento desse fato, as pessoas nele implicadas se permitem dar vazão a lembranças desconhecidas conscientemente e, por conseguinte, atribuir significados pela primeira vez ou significados novos ao ato em si.

Corroboram essas afirmações o caso em que uma mãe nos dizia que sua filha de sete anos, a cada dia, contava-lhe um pouco sobre a série de abusos que havia sofrido de um primo adolescente, durante um período superior a um ano. Vimos, paulatinamente, a emergência do processo interativo e de aproximação que ocorreu entre mãe e filha durante os encontros dos Grupos Multifamiliares. E, também, vimos a relevância do distanciamento temporal existente entre o ato passado e o presente, que permitiu a elaboração mais clara e consciente, pela criança, do que lhe havia acometido.

Em contraposição, a avaliação psicossocial requerida pelos juízes nem sempre mostra significações profundas associadas às reações da criança e da família. Um dos empecilhos à realização dessas associações se deve ao curto tempo da referida avaliação, que impossibilita a vinculação afetiva entre os envolvidos na denúncia e a equipe do psicossocial. A confiança e o compartilhar dos segredos íntimos com os terapeutas exigem um tempo próprio da família, além da construção de uma malha profunda de significados para os atos abusivos. Reconhecemos a importância do atendimento psicossocial oferecido à família, ainda no âmbito da justiça, com a possibilidade de se abrir um contexto de conversação que possibilite a ressignificação dos atos violentos (Costa e Santos, 2004).

Somado à questão do tempo, nosso modelo de pesquisa-intervenção coloca-nos continuamente frente a impasses éticos e morais, que só podem ser solucionados com uma aproximação bastante integrada e fluida com os setores psicossociais dos tribunais e com uma reflexão sistemática sobre a nossa prática e o nosso compromisso profissional. Dito de outra forma: esse modelo de pesquisa, que inevitavelmente cria um vínculo terapêutico positivo das famílias, de suas crianças e seus adolescentes entre si e com a equipe, muitas vezes, traz situações difíceis de serem manejadas em diversas ordens aos pesquisadores.

Por exemplo, atendemos um caso em que o pai, mesmo sendo acusado pela mãe de abusar do filho de doze anos, havia conseguido sua guarda devido ao fato da criança, quando ouvida em audiência, ter negado tudo e manifestado o desejo de ficar com ele. Ocorreu, no entanto, que, ao estar longe do pai e no contexto acolhedor dos atendimentos, a criança relatou à equipe que havia negado o abuso e manifestado o desejo de ficar com o pai, porque este havia dito que, se ele

não fizesse assim, iria matar sua mãe. O menino ficou em pânico, uma vez que o pai já o havia tentado antes. Essa revelação foi um momento decisivo e conturbado para toda a equipe, que precisou contatar o Setor Psicossocial Forense e discutir com seus técnicos de que modo tal revelação seria comunicada ao juiz.

Esse episódio nos coloca diante de características próprias ao tipo de pesquisa desenvolvida, ao nos exigir o manejo de situações com celeridade e dinamismo, a incorporação de uma flexibilidade na metodologia para manter contatos com outras instâncias além da acadêmica, a enunciação dos conteúdos de nossos encaminhamentos nos parâmetros da Justiça e, em determinados momentos, o privilégio da ação à pesquisa, sem perder de vista seus objetivos científicos. Talvez seja esse um dos pontos mais difíceis de ser cumprido e manejado nesse contexto, implicando sempre em desgaste e tensão.

A abordagem do abuso sexual de crianças, e adolescentes, é uma situação-limite, porque reúne esses menores com suas famílias numa circunstância na qual a intimidade é violada, seus direitos humanos são desqualificados e seu sofrimento, apesar de intenso, mascarado. Afinal, nesta sociedade, por um lado, a violação sexual está associada à obscuridade, ao segredo, à desconfiança e às acusações (Bandeira e Almeida, 1999). Por outro, já que se pretende que os abusos sejam denunciados, eles se associam a denúncias escandalosas e à exposição pública dos seus envolvidos, gerando a eles novos sofrimentos.

Logo, o pesquisador encontra pessoas que, além de sofridas, estão em pânico com o conhecimento que outros familiares e/ou vizinhos têm do fato sigiloso, com as possíveis ameaças dos abusadores e com a perda das condições de tomar iniciativas, para usufruírem as prerrogativas que a lei garante em relação à proteção de si e dos demais. Então, investigar nesse contexto traz necessariamente o pesquisador para o centro desse turbilhão e caos psíquico-emocional, apresentando-lhe impasses no planejamento metodológico, mobilizações subjetivas e conflitos ético-morais. Concomitantemente, para seguir desempenhando a contento seu papel de pesquisador e profissional, esse turbilhão leva-o a criar saídas nas diversas frentes de obstáculos para tentar contorná-los.

Amendola (2004) fala com propriedade sobre a necessidade do profissional (e aqui nós apontamos a do pesquisador também) ter conhecimento do texto da lei, em especial do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, sobre medidas de proteção à criança, sobre a obrigação da denúncia profissional e, ainda, do direito à proteção que esse profissional possui. Nessas condições, é preciso atentar para ações e contatos com instituições que garantam os direitos humanos aos

envolvidos, inclusive a proteção que o próprio judiciário pode oferecer à equipe profissional que realiza o acompanhamento e o atendimento.

Desse modo, não se pode dissociar o trabalho do enfoque dos direitos humanos, como qualquer outro trabalho relativo à violência que perpassa o âmbito judiciário, conforme Segato (2003) nos chama a atenção. Além disso, é preciso conhecer e atuar juntamente com a dimensão legislativa, para que esta também tenha no seu horizonte a perspectiva da ampliação dos direitos humanos. A pesquisa envolve, portanto, um conhecimento de questões ligadas ao Direito, à Psicologia, às demais Ciências Humanas, bem como um cuidado intenso de supervisão das emoções do pesquisador.

Ribeiro (2004), em pesquisa sobre as reações emocionais dos profissionais que fazem o estudo psicossocial de famílias, constata que as emoções, presentes em seus contatos, revelam-se bastante paradoxais e exigem uma grande habilidade para lidar com as ambigüidades da situação. Do mesmo modo, Nogueira e Sá (2004) ressaltam a necessidade do profissional reconhecer a sua ansiedade em relação ao problema, conscientizando-se sobre sua aceitação ou rejeição dos fatos traumáticos que tem diante de si.

Esse enfoque nas emoções é imprescindível, pois permitirá ao pesquisador buscar recursos para lidar com suas reações no decorrer da pesquisa-intervenção, possibilitando-o sair de seus vieses e barreiras psíquicas que comprometem a escuta terapêutica eficiente e sensível, a empatia com a dor alheia e o alargamento de sua prática profissional e de sua própria humanidade. Em muitos momentos, evidentemente, nos misturamos com o nosso suposto *objeto*, pelo sofrimento vivido por ele e conosco compartilhado intimamente, mas este movimento deve ser redirecionado para ampliar a nossa capacidade de compreensão e intervenção, de acordo com a discussão que trataremos mais adiante.

O SOFRIMENTO DAS CRIANÇAS/ ADOLESCENTES E DA FAMÍLIA NO CONTEXTO DA PESQUISA

As crianças, os adolescentes e as famílias que vivenciam situações de abuso sexual enfrentam uma situação de dor extrema. Muitas vezes, esta dor é encoberta pela necessidade de se seguir na vida, o que leva ao movimento interno de racionalização dos problemas pelos envolvidos. Tal deslocamento psíquico mascara sentimentos paradoxais, por exemplo, conforme nos mostra Bandeira e Almeida (1999):

a) de raiva e ódio por parte das vítimas em relação aos agressores e aos seus co-partícipes, como a

mãe que não via ou não queria ver o que acontecia com seus filhos;

- b) sentimentos de raiva e ódio da mãe em relação às crianças ao se achar “traída” por elas terem ocupado o seu lugar de esposa do pai/padrasto;
- c) sentimentos de autopunição em decorrência de culpa por negligência no caso dessa mãe que não via ou não quis ver o que ocorria, ou estes mesmos sentimentos por acharem que seduziram o pai/padrasto-abusador no caso das crianças e dos adolescentes;
- e) sentimentos de indiferença de cada membro da família em relação aos outros por quebra da confiança e pela intensa confusão de papéis que vivem nesses casos de incesto.

Evidentemente, esse mascaramento não significa que as pessoas, no fundo, não estejam em sofrimento, assombradas de modo permanente por esses sentimentos ambíguos, ocultos, complexos e pelo medo de novos abusos. Além disto, os adultos confundem e misturam as histórias das crianças abusadas com suas histórias infantis, e passadas, de sofrimento conforme nos mostram inúmeros estudos dedicados à dimensão transgeracional do fenômeno do abuso sexual intrafamiliar (Cirillo e Di Blasio, 1991; Corsi e cols., 1995; Perrone e Nannini, 1997; Ravazzola, 1997; Barudy, 1998; Araújo, 2002; Corsi e cols., 2003; Faiman, 2004; Lemos, Guimarães e Cardoso, 2004).

A exigência do processo judicial, centrada nas denúncias e nas inúmeras repetições sobre o feixe de episódios que compuseram o evento do abuso em si, agrava esse quadro de dor e cria uma situação traumática, ao colocar as famílias constantemente nesse lugar de vítimas. Culpabilizadas e vivendo um sofrimento extremo, estas pessoas seguem repetindo suas respectivas histórias nas instituições por onde passam por longo tempo – na delegacia, no hospital, para os advogados e no tribunal. Muitas vezes, seguem sem serem ouvidas de fato e com respeito. Fora de uma postura ético-humanista, elas são vistas e tratadas apenas como mais uma família que agrega em si o lado mal e perverso da humanidade, causador de problemas à sociedade e digno de horror, pena e repulsa desta mesma sociedade.

Esta é uma dor que se propaga a diversas camadas da família. Ou seja, vários parentes sofrem, não apenas o seu núcleo, os pais e as crianças abusadas. Irmãos, avós, tios e primos, dentre outros, compartilham deste momento doloroso e difícil. Quase sempre os pais, ou somente a mãe, não sabem explicar o que aconteceu para seus outros filhos e seus familiares. Assim, sofrem em silêncio, velado, sem perceberem que a única saída para tamanho sofrimento é lidarem

com ele e, por intermédio da fala, o ressignificarem e o transcenderem conjuntamente. Deste modo, a pesquisa sobre o abuso não se restringe aos implicados no abuso propriamente dito, não podendo, em hipótese alguma, ser dissociada de um contexto mais amplo de apoio e envolvimento de toda a extensão familiar.

O atendimento a famílias que vivenciam situações de abuso, configuradas no seio intrafamiliar ou na esfera extrafamiliar, trata-se de situação que metaforicamente nomeamos de explosão de emoções. Diante da dor da família há, também, o deflagrar de emoções e recordações antigas dos pesquisadores, que se expressam de forma variada.

Algumas emoções apresentadas por Ribeiro (2004), quando discute sobre os profissionais da Justiça que atendem essas crianças, são: raiva, indignação, desânimo, medo e angústia. Com o pesquisador não é diferente. Envolvido com o problema, ele também estará sujeito a viver estas emoções, como também precisará lidar com elas. Logo, é, a partir da conscientização de suas emoções, que o pesquisador elaborará seus confusos e complexos sentimentos frente à situação. Mostra, ainda a autora, que esses sentimentos são fundamentais nas decisões que abarcam as ações judiciais que se seguem às suas avaliações, do mesmo modo que nas ações referentes à pesquisa nesse contexto do abuso.

Já, na pesquisa em desenvolvimento, que ampara e subsidia esse texto, somos três professoras-pesquisadoras e vários graduandos de iniciação científica, que regularmente atendemos crianças, e adolescentes, abusadas por figuras masculinas por elas conhecidas, o que nos provoca algumas reações bem peculiares. Tais reações são mobilizadas a partir de questões de gênero, classe social e, até mesmo, identificações pessoais com os personagens dos dramas. Por exemplo, somos na grande maioria mulheres, algumas mães e uma avó, muitas vezes atendendo crianças que têm idade de nossos filhos e netos.

É impossível não nos sensibilizarmos profundamente com tal situação, podendo mesmo haver identificações com ela. No entanto, não acreditamos que isto seja um impedimento para a boa realização da pesquisa e, também, para o fornecimento de apoio a estas famílias. Muito ao contrário, tal situação coloca-nos como sujeitos interagindo com outros sujeitos, trazendo à tona histórias, experiências, empatias e dimensões humanas que se entrelaçam, se fertilizam e se superam.

Muitas vezes, as famílias expressam expectativas, voltadas para a equipe de pesquisadores-interventores, no que diz respeito a influenciar as decisões judiciais. Por intermédio da equipe, visam obter uma melhor compreensão da trama em questão ou mesmo se beneficiar pelo comparecimento ao Grupo Multifamiliar.

Esses aspectos nos colocam diante da questão do poder que a equipe possui frente a essas instâncias políticas e jurídicas às quais as famílias estão ligadas.

Paggi (1994) aponta a questão do poder como um dos aspectos que dificultam ou facilitam o funcionamento das equipes de intervenção em situações de violência intrafamiliar. A autora chama atenção para os sentimentos de intransigência ou complacência nas decisões, propondo uma a tensão maior para as possibilidades do oferecimento de compromisso e responsabilidade em relação ao trabalho.

Cabe-nos ainda lembrar que não se trata apenas da relação dos pesquisadores com as famílias, mas da relação das famílias entre si, que, ao se encontrarem nos atendimentos, podem se proporcionar essa convivência tão significativa para a transformação de seus problemas e dificuldades dessa ordem.

Nogueira e Sá (2004) apontam a importância de se entrar em contato com os sentimentos e as emoções dos profissionais e, no nosso caso, dos pesquisadores, suscitados pelo contato com essa temática, para que se amplie o espectro das possíveis significações tanto do abusado como de sua família. O processo de significação dos terapeutas e pesquisadores está incluído na significação grupal e participa diretamente da dinâmica da intervenção. Com frequência, são suas emoções que direcionam a ação terapêutica na pesquisa-ação. Não há como ficar imune ao conteúdo tratado, o que faz com que a emoção se torne fonte de aproximação da dor alheia, desencadeadora de conhecimento e ação.

Outro aspecto a ser considerado é que trabalhamos com alunos, jovens em formação profissional que se deparam com as inúmeras emoções provocadas pelas histórias. As reações destes alunos não diferem daquelas dos pesquisadores. Mas, por estarem em situação de aprendizagem, é preciso um cuidado redobrado com as suas emoções. Assim, além de interirmos com a família, também temos que dar um suporte emocional para estes alunos. A importância deste suporte fez com que adotássemos a rotina da supervisão em seguida a cada intervenção com as famílias. Estes momentos de supervisão têm sido ricos, onde são compartilhadas as emoções vividas durante a intervenção e há a possibilidade de apreendermos e trabalharmos focos de desestabilização - projeções e identificações consideradas negativas, impeditivas de uma escuta mais isenta e sensível.

CONHECENDO E DIALOGANDO COM JUÍZES E DESEMBARGADORES

Um aspecto muito pouco comentado nos relatórios de pesquisa em geral são os longos caminhos per-

corridos pelos pesquisadores na construção da rede social para a viabilidade da pesquisa. No que tange ao contexto em pauta, referimo-nos aos contatos fundamentais dentro do TJDF, envolvendo desembargadores, juizes, advogados e, especialmente, os profissionais do Setor Psicossocial Forense (SEPAF).

O planejamento da metodologia necessita, na prática, incluir um período de informação, comunicação e encontros pessoais, que visa esclarecer as condições, os objetivos e as implicações éticas de pesquisas que juntem dimensões diferentes dos saberes e das práticas tradicionais, como a Psicologia e Direito, mas que podem se complementar eficazmente. Em geral, os profissionais do Direito buscam a dimensão compreensiva da Psicologia para ampliarem seu campo de decisão; por seu turno, os profissionais da Psicologia podem se beneficiar do paradigma regulatório da lei quando encontram respaldo para colocação de limites e direitos nessa problemática que, necessariamente, abarca uma transgressão de função e papéis de adultos em relação a crianças e adolescentes.

Uma questão objetiva indica a condição de processos de família que correm em segredo de justiça. Como, então, adentrar nesse universo tão dramático e pouco acessível, se não for através de uma *certa transgressão* dessa regra, obtida a partir de um diálogo com os magistrados? Uma parte desses contatos com o juizado pretende oferecer a possibilidade de que o judiciário perceba os benefícios da pesquisa em parceria com as academias. Temos procurado investir em tal seara, tanto em pedir permissões quanto em divulgar e discutir os resultados das pesquisas nas diferentes esferas do tribunal. Consideramos fundamental a entrega, feita pelos pesquisadores, dos relatórios/dissertações/teses aos juizes, desembargadores e corregedores que nos disponibilizaram informações nas dependências do tribunal. Com este tipo de procedimento, ampliamos a receptividade das instâncias decisórias em acolher nossas propostas e se abrirem a uma nova sensibilidade frente a esse tipo de abusos sexuais.

Nossa opção tem sido trabalhar na metodologia da pesquisa-ação e da pesquisa intervenção (Thiollent, 1986; Lévy, 2001, respectivamente) porque, assim, contribuimos com sugestões de metodologias que representem ganhos práticos para os impasses da realização dos estudos psicossociais. Buscamos privilegiar a *Ética do Compromisso*, ou seja, a troca lógica da importância do sigilo privado pela lógica do compromisso público, no qual se privilegiam mais as soluções e as relações a partir das experiências e vivências de diferentes pessoas (Maturana e Verden-Zöller, 1997).

OFERECENDO CAPACITAÇÃO E CONSOLIDANDO PARCERIAS

Por fim, chamamos a atenção para o fato de que pesquisar junto ao contexto judicial implica em vincular a pesquisa com a ação, no sentido de qualificar a intersecção entre a Psicologia e o Direito como um flanco imprescindível e urgente à compreensão e à intervenção nesse contexto. Logo, por intermédio da oferta de metodologias novas à abordagem do abuso sexual, como também da oferta de capacitação aos profissionais do setor judiciário, ao mantermos um diálogo permanente com eles ao longo dos atendimentos, vem crescendo a demanda pela pesquisa em Psicologia no âmbito da Justiça.

Por conseguinte, citamos como o último elemento dos bastidores da pesquisa que ora desenvolvemos, a nossa permanente disponibilidade para a participação em eventos, seminários, reuniões e cursos oferecidos pelo Tribunal de Justiça ou pelas delegacias especializadas do DF. Deste modo, nossa pesquisa vem estabelecendo uma parceria estreita com o SEPAF, pavimentando uma trajetória que se iniciou há anos e que, agora, se projeta para um caminho de trocas profícuas nas reflexões sistemáticas sobre os casos de abuso sexual ao nos encaminharem as famílias para os atendimentos, nos avanços possíveis nas metodologias de intervenção e nos apoios mútuos nesse contexto de sofrimento limite.

REFERÊNCIAS

- Amendola, M. F. (2004). Mães que choram. Avaliação psicodiagnóstica de mães de crianças vítimas de abuso sexual. In M. C. A. Prado. *O mosaico da violência. A perversão na vida cotidiana* (pp. 103-169). São Paulo: Vetor.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7, 2, 3-11.
- Bandeira, L., & Almeida, T. M. C. (1994). Pai e avô: o caso de estupro incestuoso do pastor. Em M. Suárez, & L. Bandeira. *Violência, gênero e crime no Distrito Federal* (pp. 147-172). Brasília: Paralelo 15/Editora Universidade de Brasília.
- Barudy, J. (1998). *El dolor invisible de la infancia. Una lectura ecosistémica del maltrato infantil*. Buenos Aires: Paidós.
- Cirillo, S., & Di Blasio, P. (1991). *Niños maltratados. Diagnóstico y terapia familiar*. Buenos Aires: Paidós.
- Corsi, J. (Comp.). (1995). *Violencia masculina en la pareja. Una aproximación al diagnóstico y a los modelos de intervención*. Buenos Aires: Paidós.
- Corsi, J. (Comp.). (2003). *Maltrato y abuso en el ámbito doméstico. Fundamentos teóricos para el estudio de la violencia en las relaciones familiares*. Buenos Aires: Paidós.
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. M. C. (2002). *Construção de metodologia de grupos multifamiliares no contexto do abuso sexual*. Projeto de pesquisa apresentado a Pró Reitoria de Pesquisa da Universidade Católica de Brasília.
- Costa, Penso, & Almeida (2003). *Grupos Multifamiliares em Casos de Litígio envolvendo Abuso Sexual*. Trabalho apresentado

- no VI Conferência Internacional sobre Filosofia, Psiquiatria e Psicologia, Brasília, julho.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Gramkow, G., Santana, P., & Ferro, V. S. (2003). Demandas judiciais: resgatando a cidadania e o sofrimento em intervenções psicossociais. In Lima, H. G. D. (Org.). *Construindo caminhos para a intervenção no contexto da justiça* (pp. 125-141). Brasília: TJDF.
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. M. C. (2004). Intervenções psicossociais a partir da justiça: garantia de direitos humanos para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. In G. Maluschke, J. S. N. F. Bucher-Maluschke, & K. Hermans *Direitos humanos e violência: Desafios da ciência e da prática* (pp. 259-272). Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer/UNIFOR.
- Costa, L. F., & Santos, V. A. (2004). Família e violência sexual contra crianças: o papel da justiça na construção e reconstrução de significados. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 9, 1, 47-63.
- Costa, L. F., Penso, M. A., Almeida, T. M. C., & Ribeiro, A. (2005). *Violência intrafamiliar: Estudo dos padrões transgeracionais de relacionamento violento na família*. Projeto de Pesquisa Interinstitucional apresentado ao Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.
- Costa, L. F., Santana, P., Gramkow, G., & Ferro, V. S. (2005). O genograma de família com abuso sexual. In L. F. Costa & T. M. C. de Almeida. *Violência no cotidiano: Do risco à proteção* (pp. 75-86). Brasília: Universa/Liber.
- Faiman, C. J. S. (2004). *Abuso sexual em família: A violência do incesto à luz da psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Gonçalves, H. S., & Brandão, E. P. (2005). *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau.
- González Rey, F. (2005). O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In F. González Rey (Org.). *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia*, (pp. 27-51). São Paulo: Thomson.
- Lemos, F. C. S., Guimarães, J. L., & Cardoso Jr., H. R. (2004). A produção de violência contra crianças e adolescentes. In M. F. Araújo, & O. C. Mattioli (2004). *Gênero e Violência* (pp. 89-110). São Paulo: Arte & Ciência.
- Lévy, A. (2001). *Ciências clínicas e organizações sociais*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Maturana, H. R., & Verden-Zöller, G. (1997). *Amor y juego. Fundamentos olvidados de lo humano*, (5ª ed.). Santiago: Instituto de Terapia Cognitiva.
- Minayo, M. C. S. (2002). Entre vãos de águia e passos de elefante: caminhos da investigação na atualidade. In M. C. S. Minayo, & S. F. Deslandes. *Caminhos do pensamento. Epistemologia e Método* (pp. 17-27). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Nogueira, S. E., & Sá, M. L. B. P. (2004). Atendimento psicológico a crianças vítimas de abuso sexual: alguns impasses e desafios. In M. C. A. Prado. *O mosaico da violência. A perversão na vida cotidiana*. (pp. 47-102). São Paulo: Vêtor.
- Paggi, P. (1994). Las instituciones de salud y el problema de la violencia conyugal. In J. Corsi (Comp.). *Violencia familiar. Una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social* (pp. 169-192). Buenos Aires: Paidós.
- Penso, M. A., Legnani, V., Costa, L. F., & Antunes, C. (2005). O grupo multifamiliar com famílias de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no contexto da crise. In L. F. Costa, & T. M. C. de Almeida. *Violência no cotidiano: do risco à proteção* (pp. 87-105). Brasília: Universa/Liber.
- Penso, M. A., Costa, L. F., & Almeida, T. M. C. (2005). Pequenas histórias, grandes violências. In L. F. Costa, & T. M. C. de Almeida. *Violência no cotidiano: do risco à proteção* (pp. 125-137). Brasília: Universa/Liber.
- Perrone, R., & Nannini, M. (1997). *Violencia y abusos sexuales en la familia. Un abordaje sistémico y comunicacional*. Buenos Aires: Paidós.
- Ravazzola, M. C. (1997). *Historias infames: los maltratos en las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.
- Ribeiro, R. (2004). *As emoções do profissional psicossocial com o abuso sexual infantil*. [Dissertação de Mestrado], Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF.
- Segato, R. L. (2003). *Las estructuras elementales de la violencia – Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.
- Thiollent, M. J. (1986). *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez.
- Vasconcellos, M. J. E. (2002). *Pensamento sistémico. O novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus.

Recebido em: 06/10/2005. Aceito em: 10/08/2006.

Nota:

Trabalho apresentado no X Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisadores e Pós-graduação em Psicologia), ao Grupo de Trabalho “Família e Comunidade”, em maio de 2004, em Aracruz, ES.

Autoras:

Liana Fortunato Costa – Psicóloga. Terapeuta Familiar e Psicodramatista. Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo. Docente Permanente do Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília.

Maria Aparecida Penso – Psicóloga. Terapeuta Familiar e Psicodramatista. Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de Brasília. Professora do Curso de Psicologia da Universidade Católica de Brasília.

Tânia Mara Campos de Almeida – Antropóloga. Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília. Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Católica de Brasília.

Endereço para correspondência:

LIANA FORTUNATO COSTA
SQN 104 Bloco D ap. 307
CEP 70733-040, Brasília, DF, Brasil
Fone: (61)3328-7439 – Fax: (61)3326-9710
E-mail: lianaf@terra.com.br